

CONVITE SPN Nº 007/2024

2ª publicação

OBJETO: Contratação de serviços especializados para fabricação e instalação de itens de marcenaria sob medida incluindo insumos, com base em projeto executivo, apresentação 3D e croquis dos itens, afim de atender a funcionalidade operacional dos conjuntos 12C e 12D como sede da SP Negócios, conforme prazos, especificações e condições definidos no presente Edital e no Termo de Referência 043/2024 (Anexo I).

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite.

TIPO DA LICITAÇÃO: Menor preço global.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13h00 às 13h50 do dia 30/08/2024.

ABERTURA DA SESSÃO: Às 14h00 do dia 30/08/2024.

LOCAL DA SESSÃO: Rua Líbero Badaró, 293, 12º andar, conjunto 12C, Centro, São Paulo, SP, CEP 01009-000.

DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL

- Termo de Referência (Anexo I)
- Modelo de Credenciamento (Anexo II)
- Modelo de Declaração de Habilitação (Anexo III)
- Modelo de Declaração de Trabalho do Menor (Anexo IV)
- Modelo de Declaração de Idoneidade (Anexo V)
- Modelo de Proposta de Preços (Anexo VI)
- Modelo de Declaração para ME e EPP (ANEXO VII)
- Minuta do Contrato (Anexo VIII)
- Projeto Executivo (Anexo IX)
- Croqui dos móveis (Anexo X)
- Croqui de elevação (Anexo XI)
- Apresentação 3D (Anexo XII)

PREÂMBULO

A São Paulo Negócios torna público que receberá no dia 30/08/2024, das 13h00 às 13h50, proponentes para prestação dos serviços objeto desta licitação, data em que procederá à habilitação e julgamento.

O certame licitatório será realizado na modalidade **CONVITE**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos de seu Regulamento de Licitações e Contratação de Bens, Serviços, Obras e Alienações, assim como demais legislações e normas correlatas que couberem e de acordo com as condições estabelecidas neste convite e seus anexos.

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O inteiro teor desse convite poderá ser obtido gratuitamente no sítio da SP Negócios: www.spnegocios.com, ou solicitado à Gerência Administrativo-Financeira através do e-mail financeiro@spnegocios.com no horário das 9h às 18h;
- 1.2. Se por qualquer motivo não houver expediente na SP Negócios no dia agendado para abertura da sessão de recebimento e abertura dos envelopes, fica automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, independentemente de comunicação;
- 1.3. No horário e local indicados, realizar-se-ão os procedimentos pertinentes ao presente certame:
 - 1.3.1. Credenciamento do(s) representante(s) legal(ais) da(s) licitante(s);
 - 1.3.2. Recebimento dos envelopes de habilitação e proposta;
 - 1.3.3. Abertura dos referidos envelopes;
 - 1.3.4. Divulgação das propostas apresentadas pelas licitantes e classificação.
- 1.4. Das decisões da Comissão Permanente de Licitação dar-se-á publicidade no sítio oficial da SP Negócios, salvo em relação àquelas cujas publicações e ciência puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes na sessão, principalmente quanto ao resultado de:
 - 1.4.1. Julgamento da licitação;
 - 1.4.2. Recursos porventura interpostos.
- 1.5. Os esclarecimentos prestados pela Comissão Permanente de Licitação às dúvidas das licitantes no que tange à interpretação deste edital serão divulgados no sítio oficial da SP Negócios: www.spnegocios.com;
- 1.6. As licitantes, desde já, ficam cientes de que toda a publicidade pertinente desse convite ocorrerá exclusivamente no sítio da SP Negócios www.spnegocios.com;
- 1.7. As licitantes deverão observar o disposto nos subitens 1.5. e 1.6., sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes das inobservâncias das publicações oficiais da comissão.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP);
- 2.2. Poderão participar deste certame os interessados que atenderem a todas as exigências constantes do presente instrumento, não sendo admitida, a qualquer título, a participação de dirigentes, conselheiros e colaboradores da SP Negócios, inclusive cônjuges;
- 2.3. A participação na licitação importa em total e irrestrito conhecimento e submissão às condições estatuídas por esse Convite;
- 2.4. Cada licitante apresentar-se-á com 01 (um) ou mais representante(s) legal(is) que, devidamente credenciado(s), será(ão) o(s) único(s) admitido(s) a intervir(em) nas fases de procedimento licitatório, seja por escrito ou oralmente. Assim, a licitante

- assume a responsabilidade por todos os atos praticados pelo(s) representante(s) devidamente credenciado(s);
- 2.5. É conveniente a presença do representante legal da licitante até o final da sessão pública, sendo que no caso de ausência da sala de sessão, ainda que momentânea, deverá ser comunicada e autorizada pela Comissão Permanente de Licitação e, se definitiva, registrada em ata com indicação do horário. Os prejuízos advindos da ausência serão de responsabilidade única e exclusiva do ausente;
- 2.6. Nenhuma pessoa natural, ainda que de posse de procuração devidamente outorgada, poderá representar mais de uma licitante. Caso ocorra, o primeiro credenciamento prevalecerá e a(s) outra(s) licitante(s) ficará(ão) sem representação, arcando com o ônus da não representatividade;
- 2.7. Não será admitida a participação de licitantes:
- 2.7.1. Sob a forma de consórcio, suspensas do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda declaradas inidôneas; as que estiverem em regime de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber quitação e responder administrativamente ou judicialmente.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

- 3.1. A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar-se no dia, horário e local indicados para credenciamento perante a Comissão Permanente de Licitação, por intermédio de seu representante legal, munido da carteira de identidade e documentação abaixo discriminada, se tornando o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório no interesse da representada em caso de confirmação pela Comissão Permanente de Licitação;
- 3.1.1. O credenciamento será efetuado com a entrega da seguinte documentação, além daquelas estabelecidas no item 3.3:
- a) Se proprietário, sócio ou administrador da licitante:
- 3.1.1.a.1. Contrato social devidamente registrado em se tratando de sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, documento de eleição dos administradores;
- 3.1.1.a.2. No caso de sociedade civil, a inscrição do ato constitutivo acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 3.1.1.a.3. Em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, o decreto de autorização no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 3.1.1.a.4. Caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante apresentação de certidão simplificada expedida

pela junta Comercial ou declaração de enquadramento com validação da Junta Comercial;

3.1.1.a.5. Se empresa individual, o devido registro comercial.

b) Se representante legal:

3.1.1.b.1. Procuração, pública ou particular, com poderes para atuar no Convite SPN nº 007/2024, realizado pela SP Negócios, notadamente para formular proposta, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todo e qualquer ato inerente ao certame licitatório em destaque;

3.1.1.b.2. Termo de credenciamento, conforme modelo do Anexo II, devidamente preenchido pela licitante com poderes para o representante manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta licitação, notadamente formular proposta, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de recorrer, enfim, para representar a licitante em todo e qualquer ato inerente ao certame licitatório durante a sessão pública de abertura dos envelopes e demais fases do procedimento licitatório;

3.1.1.b.3. No caso do contrato social ou estatuto determinarem a assinatura em conjunto, a falta de uma das firmas em qualquer documento ter-se-á por inexistente esta, arcando a licitante com o ônus da omissão.

3.2. O representante legal da licitante que não se credenciar perante a Comissão Permanente de Licitação ficará impedido de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de recorrer, enfim, de representar a licitante em todo e qualquer ato inerente ao certame licitatório em destaque durante a sessão pública de abertura dos envelopes e demais fases do procedimento licitatório;

3.3. No momento do credenciamento deverão, ainda, ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, as declarações de credenciamento e de habilitação (Anexos II e III, respectivamente);

3.4. Os representantes legais que não precisam de termo de credenciamento e/ou de procuração, devem apresentar os documentos previstos no subitem 3.1.1 a) desse Convite;

3.5. A apresentação da documentação da empresa para validação do credenciamento de proprietário, sócio, administrador ou representante legal não precisará constar de forma duplicada no envelope nº 01 de habilitação, caso a via apresentada esteja devidamente autenticada e possa permanecer juntada aos documentos pertinentes do certame.

4. DAS SITUAÇÕES ESPECIAIS NO ATO DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Na hipótese de os documentos indicados no item 3 e seguintes, que por equívoco, estiverem dentro dos envelopes da habilitação ou da proposta, poderão ser retirados pelo próprio representante que deverá, ato contínuo, lacrar novamente o envelope, assinar o fecho e zelar, durante esse procedimento, pelo sigilo da proposta;
- 4.2. Na fase de credenciamento será permitido ao(s) representante(s) da(s) licitante(s) ou membro da Comissão Permanente de Licitação tirar cópias de documentos porventura retirados dos envelopes, nos termos estipulados pela referida comissão;
- 4.3. A Comissão Permanente de Licitação conferirá os documentos referentes ao credenciamento em conformidade com o disposto neste edital;
- 4.4. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação declarará encerrada a fase de credenciamento quando não mais restarem presentes representantes legais a serem credenciados;
- 4.5. Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta, na estrita ordem em que foi efetuado o credenciamento.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

- 5.1. Os documentos para habilitação e a proposta de preço deverão ser apresentados simultaneamente, em envelopes distintos e lacrados, contendo em sua parte externa e frontal os dizeres:

**CONVITE Nº 007/2024 – SP NEGÓCIOS
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
(CNPJ/MF DA LICITANTE)
(ENDEREÇO DA LICITANTE)**

**CONVITE Nº 007/2024 – SP NEGÓCIOS
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
(CNPJ/MF DA LICITANTE)
(ENDEREÇO DA LICITANTE)**

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Para fins de habilitação, as licitantes deverão atender as seguintes condições:
 - 6.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - 6.1.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida para efeito da assinatura do contrato;

- 6.2. As licitantes deverão apresentar, em envelope devidamente lacrado e identificado, cópia autenticada de toda a documentação que comprova sua qualificação econômico-financeira, habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica, conforme relacionado nos itens que seguem;
- 6.2.1. O referido envelope será aberto no mesmo dia e horário do envelope das propostas.
- 6.3. Da documentação relativa à qualificação econômico-financeira:
- 6.3.1. As licitantes deverão apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 6.3.2. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
- a) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
- b) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;
- c) Para as empresas obrigadas a adotarem ou que optaram por utilizar a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- 6.3.3. Certidão negativa de efeitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento. Apresentação de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando o atendimento, pela licitante, dos índices econômicos conforme abaixo:

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LIQUIDEZ GERAL

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível Longo Prazo

SOLVÊNCIA GERAL

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Exigível Longo Prazo

LIQUIDEZ CORRENTE

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

- 6.4. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá
- 6.4.1. Em caso de empresa individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 6.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16 de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;
 - 6.4.3. A licitante enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensada da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
 - 6.4.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - 6.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 6.4.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
 - 6.4.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
 - 6.4.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país apresentar o decreto de autorização;
 - a) O documento acima deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

- b) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos acima.
- 6.5. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:
- 6.5.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp);
 - 6.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 6.5.3. Prova de regularidade para com a fazenda Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
 - 6.5.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no cumprimento dos encargos instituídos por lei; (<https://consulta-rf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>);
 - 6.5.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho; (<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>);
 - 6.5.6. Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários (CTM) da Prefeitura de São Paulo; (https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx);
 - 6.5.7. Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo; (<https://www10.fazenda.sp.gov.br/CertidaoNegativaDeb/Pages/EmissaoCertidaoNegativa.aspx>);
 - 6.5.8. Certidão Negativa do CADIN Municipal de São Paulo; (https://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx);
 - 6.5.9. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitter>);
 - 6.5.10. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas;
 - 6.5.11. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar com a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da fornecedora, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - 6.5.12. Caso a licitante detentora do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para

efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

6.5.13. A licitante deverá estar com a regularidade em dia das certidões exigidas para efeito de assinatura do contrato; pois do contrário acarretará a inabilitação da empresa e serão aplicadas as sanções previstas em item 19.3.4 e 19.3.5 deste Edital e uma nova sessão será agendada para prosseguimento do certame, conforme o estabelecido no Art. 14 §1º do Regulamento de Licitações e Contratações de Bens, Serviços, obras e Aliações da São Paulo Negócios.

6.6. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá na apresentação de:

6.6.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

6.6.2. Ao menos 01 (um) documento comprobatório de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ou;

6.6.3. Ao menos 01 (uma) declaração emitida por cliente para o qual tenha prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desse convite;

6.6.4. O(s) documento(s) comprobatório(s) ou declaração(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

6.7. Esclarecimentos e consultas:

6.7.1. Em função do regime de teletrabalho adotado pela SP Negócios, as dúvidas técnicas acerca do objeto do presente Convite poderão ser formuladas e encaminhadas ao endereço eletrônico financeiro@spnegocios.com até as 16:30h do dia 23/08/2024 e serão respondidas até as 18h horas do mesmo dia 23/08/2024.

6.8. Todas as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

6.8.1. Declaração de que cumprem plenamente os requisitos exigidos para habilitação e sujeitam-se aos termos e condições do presente Convite (Anexo III);

6.8.2. Declaração de não possuir em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir 14 (quatorze) anos, em atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Anexo IV);

6.8.3. Declaração do proponente que não está suspenso do direito de licitar e não tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão ou entidade do Governo Federal, Estadual ou do Distrito Federal e Municipal (Anexo V);

6.8.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de que atendem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar

nº 123/2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, conforme Anexo VII nesse Convite.

a) A não apresentação da declaração mencionada acarretará a desconsideração, para fins licitatórios, da condição de ME ou EPP;

6.8.5. Poderá ser verificada no sítio <http://www.tst.jus.br/certidao>, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7. DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá atender as disposições e exigências contidas no Termo de Referência nº 043/2024 (Anexo I) e, ainda, ser apresentada em original, impressa por qualquer processo eletrônico, no idioma pátrio, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme Anexo VI bem como:

7.1.1. Ser impressa em papel timbrado com a Razão Social, CNPJ/MF, endereço, número de telefone, e-mail, site, data e assinatura do representante legal da licitante;

a) A falta de assinatura na proposta poderá ser suprida pelo credenciado com poderes para esse fim, presente à sessão pública.

7.1.2. Identificar os preços dos itens em suas respectivas áreas de instalação de forma clara e segregada, observadas as especificações e exigências constantes no Termo de Referência nº 043/2024 (Anexo I);

7.1.3. Estabelecer prazo de entrega;

7.1.4. O preço ofertado com base nas especificações constantes do Termo de Referência nº 043/2024 (Anexo I):

a) A licitante deverá indicar os valores em moeda corrente nacional, fixos e irremovíveis;

b) Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas e sociais, seguros, fretes, impostos Federais, Estaduais ou do Distrito Federal e Municipais (à exceção dos tributos de natureza direta e pessoalíssima, que oneram pessoalmente a Contratada, não devendo ser repassados à contratante), contribuições previdenciárias e quaisquer outras despesas que se refiram à prestação dos serviços objeto deste certame;

c) Só serão aceitos preços em moeda nacional, em algarismos arábicos e por extenso. Em caso de divergência, prevalecerá este último, desprezando-se qualquer valor além dos centavos;

d) A cotação apresentada para efeito do julgamento será de exclusiva responsabilidade da licitante, não sendo permitida qualquer alteração, a não ser erro material evidente.

7.1.5. Indicação do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da sessão pública:

- a) Caso referido prazo não esteja expressamente indicado na proposta, será considerado o prazo de validade como de 60 (sessenta) dias.
- 7.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da SP Negócios, será prorrogada, automaticamente, a validade por igual prazo;
- 7.3. Ao apresentar a proposta, a licitante declarará a plena aceitação das condições estabelecidas nesse Convite, sendo inalteráveis no decorrer do procedimento licitatório e execução do contrato, à exceção daquelas expressamente determinadas por este instrumento convocatório ou amparadas por lei;
- 7.4. Será desclassificada a licitante que apresentar proposta:
- 7.4.1. Que contiver objeto diverso ou insuficiente do constante desse Convite;
 - 7.4.2. Não atender às exigências estatuídas pelo presente instrumento;
 - 7.4.3. Apresentar valores irrisórios ou zeros, incompatíveis com os preços praticados usualmente no mercado.

8. DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

- 8.1. No dia, horário e local designados nesse convite, a Comissão Permanente de Licitação receberá, observadas as disposições do item 6, os documentos exigidos para a habilitação e a proposta de preço;
- 8.2. Em nenhuma hipótese serão recebidas documentações após a declaração do Presidente da comissão descrita na primeira parte do subitem 4.4.;
- 8.3. A Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes de habilitação e proposta, nessa ordem, observado o subitem 4.4. *in fine*, momento em que serão os documentos analisados e posteriormente rubricados pelos membros da comissão. Em ato contínuo, serão os referidos documentos disponibilizados a todos os representantes credenciados para análise e rubrica destes;
- 8.4. A Comissão Permanente de Licitação poderá, em qualquer fase, promover as diligências necessárias a fim de esclarecer ou complementar a instrução dos autos, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam ser apresentados a tempo e modo pela licitante;
- 8.5. A Comissão Permanente de Licitação, após declarar inabilitada a licitante, manterá sob sua guarda o envelope nº 02, devidamente lacrado e rubricado pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representante credenciado da concorrente. Após a decisão dos eventuais recursos interpostos ou havendo desistência em interpô-los por todos os representantes presentes à sessão, o referido envelope será devolvido à respectiva concorrente;
- 8.6. Não serão aceitas propostas encaminhadas por correio físico, eletrônico ou qualquer outro meio que possa ocasionar quebra do sigilo;
- 8.7. Existindo necessidade, poderá ser solicitada a manifestação de pessoal técnico da SP Negócios para averiguar a compatibilidade da proposta com as especificações do Termo de Referência nº 043/2024;

- 8.8. A SP Negócios poderá revogar a licitação, até a assinatura do instrumento contratual, sem que caiba ao proponente direito a indenização e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento das propostas que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, jurídica, técnica, administrativa, regularidade fiscal e trabalhista do proponente ou qualquer outra;
- 8.9. Após a fase de habilitação não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão;
- 8.10. A Comissão Permanente de Licitação admitirá propostas e/ou documentos que apresentem vícios ou erros evidentes, desde que estes não se relacionem a questões substantivas ou que sua correção não viole o Princípio da Igualdade;

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 9.1. No dia, hora e local designados nesse convite e na presença das licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares (as declarações complementares devem estar dentro do envelope nº 01) e procederá à abertura da licitação.
- 9.2. A comissão de licitação poderá inverter a ordem do procedimento de abertura dos envelopes apresentados pelas licitantes credenciadas para participação nesse certame, de acordo com o previsto em nosso Regulamento de Licitações e Contratação de Bens, Serviços, Obras e Aliações, Cap. VI, Art. 16;
 - 9.2.1. O ato poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas somente dele participarão ativamente as licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos;
 - 9.2.2. As declarações complementares deverão ser entregues juntamente com os documentos de habilitação dentro do envelope nº 01 e consistem nos seguintes documentos:
 - a) Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, apta a usufruir do tratamento favorecido (Anexo VII);
 - b) A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado;
 - c) A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado, bem como a

- inabilitação da empresa. A Comissão Permanente de Licitação poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração;
- d) Declaração de que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 9.3. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas;
- 9.4. A seguir, serão identificadas as licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação;
- 9.4.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelas licitantes presentes ou por seus representantes.
- 9.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante, a Comissão Permanente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta ao Cadastro de Empresas Apenadas, mantido pela Prefeitura do Município de São Paulo;
- 9.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão Permanente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- 9.6.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação das licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório;
- 9.6.2. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue conveniente, poderá suspender a sessão para analisar os documentos apresentados, voltando em seguida a reunir-se com as licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.
- 9.7. À licitante inabilitada será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso;
- 9.8. Não ocorrendo a desistência expressa de todas as licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços serão rubricados pelas licitantes presentes ao ato e mantidos inviolados até a posterior abertura;
- 9.9. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços das licitantes habilitadas serão abertos, na mesma sessão, desde que todas as licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, após o regular decurso da fase recursal;

- 9.9.1. Ultrapassada a fase da habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar a licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.10. As propostas de preços das licitantes habilitadas serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório;
- 9.11. Se todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 01 (um) dia útil para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram;
- 9.12. Será considerada inabilitada a licitante que não apresentar os documentos exigidos por este edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal de microempresas e empresas de pequeno porte.

10. DO JULGAMENTO DOS PREÇOS

- 10.1. As propostas deverão ser apresentadas pelas licitantes nos moldes desse convite;
- 10.2. No caso de 02 (duas) ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio como critério de desempate;
- 10.3. Será considerada como mais vantajosa a proposta da licitante que ofertar o menor preço global, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório;
- 10.4. Se a proposta da licitante detentora do menor preço não for aceitável ou desatender às exigências deste instrumento, serão examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da proposta que se coaduna com as condições estabelecidas neste edital;
- 10.5. Serão desclassificadas:
- 10.5.1. As licitantes que apresentarem propostas que não atendam às exigências desse convite;
- 10.5.2. As licitantes que apresentarem propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 10.6. Em caso de desclassificação de todas as licitantes, a SP Negócios poderá fixar às mesmas o prazo de 01 (um) dia útil para a apresentação de novas propostas, escoimadas as causas que as desclassificaram;
- 10.7. Não será considerada para julgamento da proposta vencedora, qualquer oferta de vantagem não prevista no Termo de Referência nº 43/2024 ou neste edital;
- 10.8. Encerrada a sessão, lavrar-se-á ata circunstanciada que mencionará todas as ocorrências, devendo ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e por todos os presentes.

11. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

- 11.1. Até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste certame, sob pena de decair do direito;
- 11.1.1. Para os fins do disposto no item 11.1, deverá a impugnante, em função do regime de teletrabalho, manifestar-se por escrito por meio do endereço eletrônico financeiro@spnegocios.com no horário das 10h às 17h30;
- 11.1.2. A apreciação das impugnações será realizada pela Comissão Permanente de Licitação, devendo a correspondência eletrônica ser dirigida ao endereço financeiro@spnegocios.com contendo o número da licitação, a modalidade, as dúvidas (solicitação de esclarecimentos), providências e as razões da impugnação;
- 11.1.3. Acolhida a impugnação e desde que prejudicial ao válido e regular desenvolvimento do procedimento licitatório, será designada nova data para a realização do certame;
- a) Se a decisão não modificar as condições a ponto de inviabilizar a formação da planilha de preços e, portanto, que impeçam as licitantes de formular propostas, não será adiada a sessão;
- b) As decisões serão disponibilizadas no sítio www.spnegocios.com.
- 11.1.4. A impugnação tempestiva não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;
- 11.1.5. As impugnações intempestivas ou que desatenderem às determinações desse convite não serão conhecidas;
- 11.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnada no presente convite, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nela estabelecidas, ou seja, pressupõe-se que no caso de ausência de impugnação, os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posterior reclamação;
- 11.3. Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação cabem recursos nos prazos legais;
- 11.3.1. O recorrente deverá apresentar as razões recursais na forma escrita por meio do endereço eletrônico financeiro@spnegocios.com;
- 11.3.2. As demais licitantes poderão apresentar contrarrazões independente de interposição antecipada do recurso, na forma escrita por meio do endereço eletrônico financeiro@spnegocios.com.
- 11.4. O recurso terá efeito suspensivo até julgamento pela Comissão Permanente de Licitação;
- 11.5. Provido o recurso, a invalidação dos atos praticados alcançará apenas aqueles insuscetíveis de aproveitamento;

- 11.6. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue improcedente o recurso, submetê-lo-á à consideração da autoridade superior competente, após a devida instrução, proferirá decisão definitiva;
- 11.7. O recurso e contrarrazões deverão ser formal e oficialmente encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, nos termos estabelecidos nos subitens 11.3.1 e 11.3.2;
- 11.8. Os documentos físicos apresentados e referentes ao processo de licitação desse certame permanecerão com vista franqueada aos interessados em interpor e contrarrazoar o recurso.

12. DO REAJUSTAMENTO

- 12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis.

13. DO CONTRATO

- 13.1. A contratação advinda da presente licitação será formalizada por meio de instrumento contratual, vinculado a esse Convite como Anexo VIII e será regida pelo Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços, Obras e Aliações da SP Negócios e demais legislações pertinentes vigentes;
- 13.2. A assinatura do referido contrato se dará somente após a homologação e adjudicação desse certame pelo Diretor-Presidente da SP Negócios;
- 13.3. Não havendo assinatura do instrumento contratual em até 02 (dois) dias úteis após envio para tal, faculta-se à SP Negócios convocar as demais proponentes, sucessivamente e por ordem de classificação, para assinar o instrumento contratual em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, inclusive quanto aos preços e prazos;
- 13.4. Não estão sujeitos às penalidades do item 13.3. *in fine*, as licitantes que, convocadas nos termos do citado item, não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela primeira adjudicatária;
- 13.5. O contrato firmado com a licitante vencedora poderá ser alterado nos termos do Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços, Obras e Aliações da SP Negócios, mediante termo aditivo;
- 13.6. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições ajustadas, acréscimo ou supressões que se fizerem necessárias no objeto do contrato no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo e/ou do valor inicial estabelecido no contrato.

14. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

- 14.1. A inexecução do objeto desse convite, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos do Regulamento de Licitação e

Contratação de Bens, Serviços, Obras e Aliações da SP Negócios, com as consequências previstas em lei pertinente e neste instrumento;

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será realizado conforme a proposta da licitante vencedora com a apresentação da Nota Fiscal no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, preferencialmente acompanhada de boleto e encaminhados ao e-mail financeiro@spnegocios.com ;
- 15.2. Os dados bancários da licitante vencedora poderão ser informados oportunamente na assinatura do contrato;
- 15.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou de documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa como por exemplo obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a SP Negócios;
- 15.4. Salvo ocorrência da previsão do item 15.3., será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento e desde que essa tenha respeitado o prazo mencionado no item 15.1.

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência nº 043/2024 (Anexo I).

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência nº 043/2024 (Anexo I).

18. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 18.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela SP Negócios, compreendendo-se no acompanhamento e na fiscalização:
 - 18.1.1. Supervisionar a prestação dos serviços, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados;
 - 18.1.2. Levar ao conhecimento do representante da Contratada qualquer irregularidade fora de sua competência;
 - 18.1.3. Exigir da Contratada todas as providências necessárias à boa execução do contrato, anexando aos autos do processo de contratação cópias dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
 - 18.1.4. Acompanhar os serviços executados, atestar seu recebimento e indicar as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados;

- 18.1.5. Encaminhar ao representante legal da Contratada os documentos relacionados as multas que porventura derem razão à aplicação;
- 18.2. O acompanhamento e a fiscalização não excluirão a responsabilidade da Contratada e nem conferirão à SP Negócios responsabilidade solidária ou subsidiária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e/ou informações incorretas na execução dos serviços contratados;
- 18.3. As determinações e as solicitações formuladas pela SP Negócios deverão ser prontamente atendidas pela Contratada ou, na impossibilidade, justificadas por escrito.

19. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

- 19.1. Comete infração administrativa a Contratada que não executar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou não mantiver a proposta;
- 19.2. Por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento convocatório, serão aplicadas as penalidades previstas nas normas vigentes;
 - 19.2.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos, por descumprimento das normas previstas nesse convite observará o disposto no Termo de Contrato que será celebrado entre as partes.
- 19.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada às seguintes penalidades:
 - 19.3.1. Advertência por escrito;
 - 19.3.2. Multa de mora de 01% (um por cento) sobre o valor global total do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias corridos, após os quais será caracterizada a inexecução total do contrato;
 - 19.3.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor residual contrato;
 - 19.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SP Negócios, por prazo não superior a 01 (um) ano;
 - 19.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a SP Negócios enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a SP Negócios pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 01 (um) ano;
- 19.4. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a Contratada às seguintes penalidades:
 - 19.4.1. Advertência por escrito;

- 19.4.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor proporcional à obrigação inadimplida;
 - 19.4.3. Em caso de inexecução total, devolução total dos valores pagos e multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor global total do contrato;
 - 19.4.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SP Negócios, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - 19.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a SP Negócios enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a SP Negócios pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 19.5. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a SP Negócios poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- 19.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 19.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 19.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SP Negócios em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.6. As penalidades somente serão aplicadas após efetiva comprovação do descumprimento de parte ou todo desse convite e anexos, em que tenha sido assegurado à licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

20. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- 20.1. A Contratada responderá por quaisquer prejuízos ou danos, por culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos à SP Negócios e/ou terceiros, em decorrência da prestação dos serviços, seja a que título for;
- 20.2. A SP Negócios estipulará prazo para a devida reparação, a depender da gravidade e extensão dos danos.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. A participação nesta licitação implica plena aceitação dos termos e condições estabelecidas nesse Convite e anexos, bem como das normas de regência que couberem;
- 21.2. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes;

- 21.3. A Comissão Permanente de Licitação poderá, no interesse da SP Negócios, relevar omissões desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação;
- 21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da SP Negócios, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 21.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SP Negócios não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 21.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente (físico ou remoto) na SP Negócios;
- 21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e da transparência;
- 21.9. Em caso de divergência entre as disposições desse convite e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as desse convite;
- 21.10. Esse convite estará disponibilizado, na íntegra, no sítio eletrônico da SP Negócios www.spnegocios.com;
- 21.11. A SP Negócios reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista seu interesse, ou, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes qualquer direito a indenização;
- 21.12. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em cópia simples que, cotejadas com o original, serão declarados autênticos pela Comissão Permanente de Licitação;
- 21.13. Serão desconsiderados os documentos apresentados por meio de cópia simples sem que estejam acompanhados do original para autenticação “in loco”;
- 21.14. Os documentos emitidos via internet poderão ter sua aceitação condicionada à verificação da autenticidade mediante acesso ao sítio do órgão expedidor;
- 21.15. No caso de o contrato social ou estatuto determinarem a assinatura em conjunto, a falta de umas das firmas em qualquer documento ter-se-á por inexistente este, arcando a licitante com o ônus da omissão;
- 21.16. Os licitantes deverão observar o horário de Brasília para todos os atos desse convite;
- 21.17. Todo e qualquer documento elaborado pela licitante deverá ser impresso em papel timbrado, com indicação do CNPJ/MF, endereço, nome e assinatura do representante legal;

- 21.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base no Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços, Obras e Aliações da SP Negócios e demais legislações pertinentes que couberem;
- 21.19. A mera apresentação de proposta não enseja qualquer compromisso de contratação por parte da SP Negócios, importando, entretanto, irrestrita e irretratável aceitação das condições dispostas nesse convite;
- 21.20. O Termo de Referência nº 043/2024 e demais anexos são partes integrantes desse convite, não cabendo às licitantes quaisquer alegações posteriores de desconhecimento das regras estabelecidas;
- 21.21. Não havendo questionamentos nos prazos desse convite, presumem-se ser suficientemente claros e precisos os termos nela contidos, a permitir a elaboração das propostas.
- 21.22. É competente o foro desta capital para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.

Responsável: Elenice dos Santos Linhares
Presidente da Comissão de Licitação da SP Negócios

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 043/2024 - ITENS DE MARCENARIA COM INSUMOS

1. INTRODUÇÃO

A São Paulo Negócios – SP Negócios, serviço social autônomo, dotado de personalidade jurídica de direito privado de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, foi instituída pelo advento da Lei Municipal nº 16.665, de 23 de maio de 2017 e teve o seu estatuto ratificado pelo Decreto Municipal nº 57.895, de 22 de setembro de 2017.

Dentre outras atribuições, compete à SP Negócios a potencialização da imagem da cidade de São Paulo, no Brasil e no Exterior, como polo de realização de negócios.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A SP Negócios tem como obrigação normativa atender os quesitos estabelecidos em seu Plano de Trabalho 2024/2025 e, visando proporcionar instalações mais adequadas à realização de suas atividades, estendeu sua sede, o que originou a necessidade de execução de obra de reforma para tornar o ambiente funcional operacionalmente.

Nesse sentido e em contunidade das fases da obra de reforma, no atual momento temos por demanda imprescindível a contratação de serviços especializados para fabricação e instalação de itens de marcenaria com insumos, necessários para a entrega de um ambiente físico seguro, adequado e compatível na acomodação do atual quadro de colaboradores, bem como no intuito de alcançar o perfeito fluir das atividades operacionais da SP Negócios e assim possibilitar que sua atuação atenda à altura o cumprimento de suas atribuições.

3. DO OBJETO

3.1 Contratação de Serviços Especializados para fabricação e instalação de itens de marcenaria com insumos inclusos, tendo por base o projeto executivo de arquitetura, a apresentação 3D e croquis específicos.

4. DO RESUMO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO

4.1. Em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com base nos croquis específicos que identificam e dimensionam os itens de marcenaria incluindo-se os respectivos insumos necessários para fabricação, estabelecemos abaixo o contingenciamento dos principais tópicos que deverão ser observados para a elaboração e instalação nas dependências dos conjuntos 12C e 12D de

marcenaria: produzir e instalar os itens dispostos no projeto executivo anexo, na apresentação 3D disponibilizada e nos croquis específicos também disponibilizados, onde inclusive constam as quantidades das peças:

- 4.1.1.** observar os elementos de elétrica apontados nos desenhos (interruptores, tomadas etc.) nos espaços reservados para pontos de fornecimento de energia e de rede nos itens de marcenaria;
 - 4.1.2.** observar os elementos de marmoraria apontados nos desenhos (pia, tanque, torneiras, frontão etc.) nos espaços reservados nas áreas da copa, pia e banheiros;
 - 4.1.3.** observar a necessidade de reparos, em casos de acidentes, na parte de construção civil (paredes, rodapés, portas, janelas e tetos);
 - 4.1.4.** observar a necessidade de reparos, em casos de acidentes, na parte de pintura (paredes, rodapés, portas, janelas e tetos);
 - 4.1.5.** observar, na instalação o correto manuseio de resíduos e descartes: retirar e destinar de forma legal e ecologicamente responsável;
 - 4.1.6.** observar, na entrega dos trabalhos, a limpeza fina necessária: os itens e as dependências limpas, organizadas e prontas para uso;
 - 4.1.7.** observar a necessidade de produtos, mão-de-obra e insumos pertinentes: fornecer todos os itens que se fizerem necessários para atendimento completo dessa demanda:
 - caçambas, quando necessárias, para retirada de entulho e descartes diversos;
 - todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) previstos na legislação trabalhista aos executores dos serviços.
 - 4.1.8.** No caso de os tópicos anteriores não exaurirem todas as necessidades ou itens que se fizerem necessários ao completo êxito dessa demanda, ficarão ao cargo da empresa contratada identificá-los e considerá-los na proposta comercial para entrega do objeto desse Termo de Referência devidamente pronto para uso;
 - 4.1.9.** Quaisquer danos materiais causados na execução dos trabalhos serão de responsabilidade da empresa contratada e o conserto ou reposição será as suas custas.
- 4.2.** Os serviços de instalação deverão ser agendados antecipadamente dada a necessidade de acompanhamento por profissional indicado pela SP Negócios, bem como em respeito às regras do condomínio onde a sede está estabelecida;
- 4.3.** Os serviços de instalação poderão ser executados normalmente de segunda à sexta-feira das 09h às 18h e aos sábados somente em horário pré-determinado,

previamente acordado e aprovado pelo condomínio, para casos devidamente justificados por sua especificidade ou necessidade.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1. Será calculada com base no projeto executivo de arquitetura, na apresentação 3D do projeto executivo e nos croquis específicos disponibilizados;
- 5.2. Será apresentada em formato de relatório técnico, com detalhamento dos itens de marcenaria e seus respectivos insumos, precificados individualmente e determinará o tempo total necessário para a fabricação e a instalação na sede da SP Negócios;
- 5.3. Contemplará os custos, os prazos e o dimensionamento da mão-de-obra especializada para executar a fabricação e a instalação dos itens de marcenaria com insumos;
- 5.4. A proposta que for aprovada pela SP Negócios será o instrumento balizador decisório, servindo às partes conjuntamente como base de definição de acompanhamento e gerenciamento da cronologia de atendimento ao objeto especificado nesse Termo de Referência;
- 5.5. Deverá ter prazo de sua validade de pelo menos 60 (sessenta) dias;
- 5.6. Deverá apresentar os valores discriminados em moeda corrente nacional;
- 5.7. Assumirá a entrega dos itens fabricados em 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato;
- 5.8. Constará a garantia contra defeitos de fabricação e de insumos por ao menos 12 (doze) meses, excluindo-se desgaste por mau uso;
- 5.9. Na proposta comercial deverá ter declaração de responsabilidade por danos materiais que possam ocorrer por falha dolosa ou culposa na execução dos serviços de instalação na sede da SP Negócios.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA QUE FOR CONTRATADA

- 6.1. Realizar os serviços com qualidade garantida e celeridade na execução;
- 6.2. Fornecer itens de marcenaria com insumos com qualidade e acabamento de primeira linha;
- 6.3. Assumir total responsabilidade sobre os serviços prestados, itens e insumos fornecidos em sua materialidade;
- 6.4. Designar preposto que atenderá as ocorrências que houver;
- 6.5. Emitir a Nota Fiscal, que é documento obrigatório para a SP Negócios;

- 6.6.** Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso no desempenho das atividades objeto desse Termo de Referência, sob pena de imediata rescisão contratual e sujeição à responsabilização civil, administrativa e criminal, observados os efeitos prospectivos dos prejuízos a que der causa e cuja aplicabilidade terá validade por tempo indeterminado, mesmo após o término desse contrato;
- 6.7.** Manter permanentemente a regularidade fiscal junto aos órgãos públicos competentes e pertinentes para atuar no objeto desse Termo de Referência.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços objeto desse Termo de Referência e que venham a ser solicitados pela empresa contratada, devendo especificar os detalhes necessários para sua perfeita consecução;
- 7.2.** Efetuar os pagamentos na forma ajustada entres as partes.

8. DO PREÇO

- 8.1.** O valor total global proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

9. DA VIGÊNCIA

- 9.1.** A data de assinatura do contrato configurará o início da vigência e findará no prazo proposto pela empresa contratada, com a execução da instalação dos itens e a aprovação pela SP Negócios.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

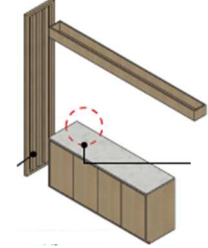
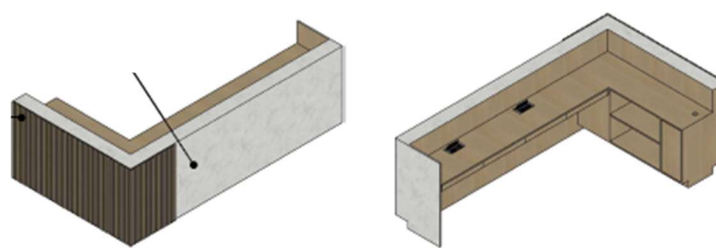


- 10.1.** A condição de pagamento deverá constar na proposta comercial, sendo que 70% (setenta por cento) do valor total global deve estar alinhado ao cronograma de fabricação, dividido em 02 (duas) parcelas: a primeira paga em até 05 (cinco) dias úteis da data de envio da NF para a SP Negócios, a segunda em 30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato; e os 30% (trinta por cento) restantes do valor total global serão pagos após a instalação dos itens de marcenaria, mediante aprovação e ateste final da SP Negócios;
- 10.2.** Os pagamentos se darão somente mediante apresentação de nota fiscal, preferencialmente acompanhada de boleto, encaminhados ao e-mail financeiro@spnegocios.com com pelo menos 05 (cinco dias) úteis de prazo


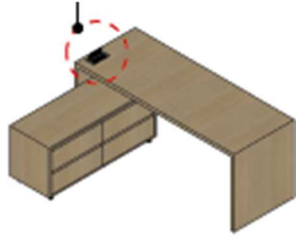

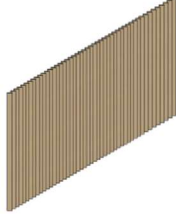
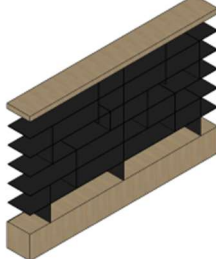
para pagamento.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

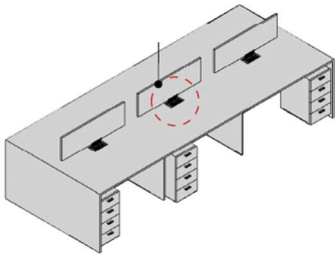
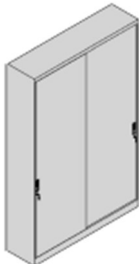
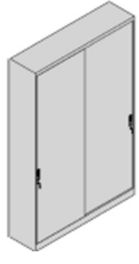
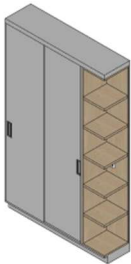
- 11.1.** A SP Negócios reserva para si o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência e com a Proposta Comercial, que serão partes integrantes do Termo de Contrato;
- 11.2.** A SP Negócios não aceitará serviços ou itens em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes vigentes, podendo rescindir a contratação conforme a gravidade do caso, sem qualquer ônus para si;
- 11.3.** Poderá ser efetuada verificação da documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira da empresa nos sites governamentais pertinentes, antes de sua contratação, conforme disposto no Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços e Obras da SP Negócios;
- 11.4.** Ajustes não contingenciados e detectados no decorrer da fabricação dos itens ou na instalação, poderão ser alinhados, anuídos e formalizados entre as partes por meio de aditivos contratuais;
- 11.5.** Os itens de marcenaria a serem fabricados e instalados são os relacionados na lista anexa com imagens meramente ilustrativas;
- 11.6.** Fazem parte integrante deste Termo de Referência o Projeto Executivo (Anexo IX), Croqui dos Móveis (anexo X), Croqui de Elevação (anexo XI) e a Apresentação 3D (anexo XII).

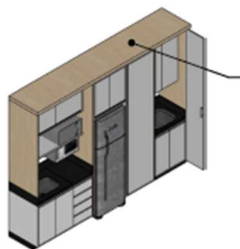

LISTA DE ITENS PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DO ANEXO I – TR 043/2024

<p>M01-painel com ripas vazadas, armário baixo e jardineira recepção</p>	
<p>M02 - balcão em "L" recepção</p>	
<p>M03 - painéis lisos recepção</p>	
<p>M04 - painel liso recepção</p>	

<p>M05 - painel ripado (SEM PRATELEIRA) sala de reunião 03</p>	
<p>M07, M14 e M16- mesa de trabalho e armário baixo salas diretorias 01, 02 e 03 - portanto 03 (três) unidades - COR PRETO FOSCO</p>	
<p>M08, M15 e M17- armário baixo salas diretorias 01, 02 e 03 – portanto 03 (três) unidades – COR PRETO FOSCO</p>	
<p>M09 - placas lisas soltas piso-teto inclinadas circulação (Circulação + acesso WC PNE e Unisex)</p>	
<p>M10 - estante área de convivência</p>	

<p>M11 - painel liso sala presidência</p>	
<p>M12 - Mesa de trabalho / sala da Presidencia COR PRETO FOSCO</p>	
<p>M13 - bancada, painéis lisos e placa no forro sala presidência COR PRETO FOSCO</p>	
<p>M18 – Baia de trabalho (04 lugares) e gaveteiros - cor branco fosco</p>	

<p>M19 – Baía de trabalho (06 lugares) e gaveteiros – cor branco fosco</p>	
<p>M23 - armário piso-teto CPD – medidas exclusivas e diferentes do M24 – Considerar internamente ao menos 04 (quatro) prateleiras móveis</p>	
<p>M24 - armário piso-teto CPD – medidas exclusivas e diferentes do M-23 - Considerar internamente ao menos 04 (quatro) prateleiras móveis</p>	
<p>M25 - armário com nicho de prateleiras fixas copa dml – no interior do armário, com portas considerar internamente ao menos 06 (seis) prateleiras móveis</p>	

<p>M26 - armários altos copa dml - no interior do armário com porta, considerar internamente ao menos 06 (seis) prateleiras móveis</p>	
<p>Caixa de cobertura das Caixas de energia – sob medida – não consta no Projeto Executivo Anexo IX. Duas Portas de abrir pelo centro com Altura 2,38m X Profundidade 15cm X Largura 1,5m em MDF 02 ou 03mm revestido na cor carvalho natural – Estrutura interna sem prateleiras – suspenso acima do rodapé – Este item deverá ter essas medidas conferidas “<i>in loco</i>” pela licitante vencedora, para que seja confeccionado corretamente.</p>	<p>Imagem de item semelhante já existente no conj. 12C</p> 

ANEXO II – CREDENCIAMENTO

Por meio do presente ato, CREDENCIAMOS o(a) sr.(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), a participar da licitação instaurada pela SP NEGÓCIOS, na modalidade Convite nº 007/2024, na qualidade de representante legal da _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), outorgando plenos poderes ao(à) credenciado(a) para formular proposta, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todo e qualquer ato inerente ao certame licitatório em destaque.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O LOGO DA EMPRESA LICITANTE À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO FORA DO ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Licitante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), DECLARA que cumpre plenamente os requisitos exigidos para habilitação e sujeita-se aos termos e condições do Convite Nº 007/2024, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O LOGO DA EMPRESA LICITANTE À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO FORA DO ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

(Licitante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), DECLARA, para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, inciso VI, da Lei no 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis), estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

*Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho. **(se houver)**

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR COM O LOGO DA EMPRESA LICITANTE E DENTRO DO ENVELOPE nº 01 DE HABILITAÇÃO.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Licitante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), DECLARA, para fins de participação no Convite nº 007/2024, ser idônea a participar de processo licitatório e contratar com SSA – Serviço Social Autônomo, assim como inexistem fatos supervenientes impeditivos de habilitação, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR COM O LOGO DA EMPRESA LICITANTE E DENTRO DO ENVELOPE Nº 01 DE HABILITAÇÃO.

ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

- RAZÃO SOCIAL
- ENDEREÇO COMERCIAL
- CNPJ
- REPRESENTANTE LEGAL QUALIFICADO
- TELEFONE
- E-MAIL
- SITE

DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DO SERVIÇO: (assumir o objeto desse edital e detalhar conforme solicitado no item 5 do Termo de Referência nº 043/2024, adotando a lista dos itens com suas referências e os precificando individualmente).

VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

FORMA DE PAGAMENTO: _____

PREVISÃO DE ENTREGA (INSTALAÇÃO) NO TOTAL DE _____ (_____) **DIAS.**

GARANTIA ASSEGURADA POR 12 MESES CONTRA DEFEITOS E/OU MAU FUNCIONAMENTO DECORRENTES DA FABRICAÇÃO DOS ITENS DEPOIS DE INSTALADOS E APROVADOS.

OBSERVAÇÃO: ESSE ANEXO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O LOGO DA EMPRESA LICITANTE À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DENTRO DO ENVELOPE Nº 02 DE PROPOSTA DE PREÇOS.

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME E EPP

(Nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; nº e cidade), por seu representante legal _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, RG nº _____, CPF nº _____, endereço domiciliar _____, DECLARA, sob as penas da lei penal e civil, que a empresa, ora declarante, está classificada como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), assim entendida por preencher os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2007 e, ainda, por praticarem atividades pertinentes ao objeto licitado, comprometendo-se a informar, de imediato, caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, nos termos da lei.

Data e local.

Assinatura

OBSERVAÇÃO: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O LOGO DA EMPRESA LICITANTE À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO FORA DO ENVELOPE nº 01 DE HABILITAÇÃO.

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº ____/2024 DE
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE
MARCENARIA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE
ITENS SOB MEDIDA ENTRE A SP NEGÓCIOS E A
_____.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **SÃO PAULO NEGÓCIOS**, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 293, 12º andar, conjunto 12C, Centro, São Paulo, SP, CEP 01009-000, inscrita no CNPJ sob nº 28.743.311/0001-60, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. João Manoel Scudeler de Barros, brasileiro, portador do RG nº [●] e do CPF nº [●] e por seu Diretor-Executivo Sr. Pedro Emilio Polli Rebelo, portador do RG nº brasileiro, portador do RG nº [●] e do CPF nº [●], doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado [●], inscrita no CNPJ nº [●], com sede na Rua [●], neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) [●], portador(a) do RG nº [●] e do CPF nº [●], doravante designada simplesmente como **CONTRATADA**, resolvem firmar, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações de Bens e Serviços, Obras e Aliações da SP Negócios e em observância às disposições da legislação pertinente vigente, o presente Termo de Contrato, decorrente do Convite nº 007/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços especializados para fabricação e instalação de itens de marcenaria sob medida incluindo insumos, com base em projeto executivo, na apresentação 3D e croquis dos itens para atender a funcionalidade operacional dos conjuntos 12C e 12D, sede da SP Negócios.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O presente vigorará com início na data de assinatura deste Contrato até [●] / [●] / [●] com a instalação e aprovação dos itens entregues.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

- 3.1. Dar-se-ão conforme estabelecidos no Convite nº 007/2024, no Termo de Referência nº 043/2024 e na proposta comercial da CONTRATADA, partes integrantes deste, independentemente de terem transcrição total ou parcial nesse Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O valor total global estimado para o presente Contrato é de R\$ [●] e será pago conforme proposta comercial da CONTRATADA;

- 4.2. Esse valor remunera todas e quaisquer despesas necessárias à execução do Contrato, incluindo custos com materiais, mão de obra, seguros, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e todas as demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 4.3. Qualquer correção necessária no documento de cobrança e/ou Nota Fiscal, documentação de suporte e certidões pertinentes, gerará nova contagem de prazo para pagamento;
- 4.4. São condições para o pagamento a apresentação pela CONTRATADA da Nota Fiscal com prazo de pelo menos 05 (cinco) dias úteis contados da data de envio, preferencialmente acompanhada de boleto e encaminhados ao e-mail financeiro@spnegocios.com.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE SE HOUVER PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. O preço contratado é fixo e irremovível;

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Atender a todas as obrigações elencadas no edital do convite nº 007/2024, no Termo de Referência nº 043/2024 e na proposta comercial da CONTRATADA, partes integrantes deste, independentemente de terem transcrição total ou parcial nesse Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1. Atender a todas as obrigações elencadas no edital do convite nº 007/2024, no Termo de Referência nº 043/2024 e na proposta comercial da CONTRATADA, partes integrantes deste, independentemente de terem transcrição total ou parcial nesse Contrato;
- 7.2. Emitir a Nota Fiscal, documento obrigatório para que a CONTRATANTE proceda ao pagamento;
- 7.3. Enviar a Nota Fiscal, preferencialmente acompanhada de boleto ao e-mail financeiro@spnegocios.com;
- 7.4. A subcontratação somente será admitida se respeitado o disposto no art. 27 do Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços e Obras e Alienações da SP Negócios:
 - 7.4.1. Para os fins do disposto no item 7.4., a CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto contratual, se admitido no respectivo contrato e desde que mantida sua responsabilidade perante a CONTRATANTE, sendo vedada a subcontratação com proponente que tenha participado do procedimento de licitação.
- 7.5. Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente à CONTRATANTE, produzidos em decorrência da prestação dos serviços ou da omissão

em executá-los, seja dolosa ou culposamente, procedendo de imediato aos reparos e/ou indenizações cabíveis, resguardando-se, à CONTRATANTE, o direito de regresso na hipótese de ser compelida a responder por tais danos;

- 7.6. Designar preposto para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE, esclarecendo dúvidas e prestando esclarecimentos acerca da execução contratual e demais informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 7.7. Todos os conteúdos gerados pela CONTRATADA para cumprimento do disposto neste instrumento contratual são de posse da CONTRATANTE;
- 7.8. A CONTRATADA somente poderá inserir em seu portfólio o trabalho realizado mediante autorização da CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

- 8.1. Esse Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, a qualquer momento, desde que seja comunicado por escrito com os fatos motivadores explicitados;
- 8.2. Caso alguma das partes rescinda essa contratação descumprindo o disposto no inciso 8.1., esta será responsável por indenizar a outra parte pagando a metade do valor referente ao valor total desse Contrato;
- 8.3. O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no Art. 31 do Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços e Obras e Alienações da CONTRATANTE;
- 8.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
 - 8.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 8.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 8.4.3. Indenizações e multas.

9. CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES

- 9.1. É vedado à CONTRATADA:
 - 9.1.1. Caucionar ou utilizar este instrumento contratual para qualquer operação financeira;
 - 9.1.2. Interromper a prestação dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE sem a devida comprovação formal da ocorrência e demais casos previstos em lei.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

- 10.1. O Contrato será regido pelo Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços e Obras e Alienações da CONTRATANTE e demais normas aplicáveis à espécie, além de se vincular ao Termo de Referência nº 043/2024 e à proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;

10.2. O Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos artigos. 28 e 29 do Regulamento de Licitação e Contratação de Bens, Serviços e Obras e Aliações da CONTRATANTE;

10.2.1. Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de supressão ou acréscimo que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo e/ou do valor inicial;

10.2.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 10.2.1., salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

10.3. Todas as alterações contratuais deverão ser realizadas mediante acordo entre as partes, justificadamente e constarão de termos aditivos celebrados;

10.4. Na celebração de aditivos contratuais, as demais condições contratuais permanecerão vigentes sem alteração, salvo as que forem expressamente alteradas, em conjunto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE segundo as disposições legais vigentes e, subsidiariamente, à Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como as normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

12.1. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. A CONTRATADA não pode, em qualquer hipótese, utilizar em proveito próprio ou alheio as informações ou dados da CONTRATANTE, devendo mantê-las em sigilo durante e após a vigência deste Contrato;

13.2. Considerando-se como “dados” qualquer informação que possa ser usada direta ou indiretamente, sozinha ou em conjunto com outra informação; a CONTRATADA deve tratar todos os dados da CONTRATANTE para cumprir com a finalidade desse Contrato de acordo com as leis aplicáveis, devendo, mas não se limitado a:

13.2.1. Não revelar dados para terceiros sem a prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

13.2.2. Aplicar medidas de segurança para proteção dos dados;

13.2.3. Eliminar/destruir qualquer dado em sua posse ou controle, observado o prazo legal pertinente, quando houver, ou no término deste Contrato.

13.3. No caso de qualquer acesso, vazamento, divulgação, exposição, alteração, perda de dados ou quaisquer outros incidentes relacionados ao tratamento de dados, ilegais e/ou acidentais, a CONTRATADA deverá imediatamente notificar a CONTRATANTE e apresentar soluções adequadas para mitigar eventuais riscos, sem prejuízo de que sejam aplicadas as penalidades cabíveis à CONTRATADA.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL

14.1. O presente instrumento é firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, regulamentado em conformidade com o disposto no § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01 e na Lei nº 14.063/2020, pressupondo assim declarada, de forma inequívoca, a concordância pelas partes, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento;

14.2. As partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, para conhecer e decidir quaisquer questões derivadas do presente Contrato, renunciando as partes, desde já, a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIZAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE providenciará a publicização deste Contrato.

São Paulo, [●] de 2024.

CONTRATANTE

João Manoel Scudeler de Barros
Diretor-Presidente

Pedro Emílio Poli Rebelo
Diretor-Executivo

CONTRATADA

[●]

Responsável Legal

TESTEMUNHAS
